

PERSPECTIVAS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE

PAIVA, Liz Denize Carvalho¹

¹ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA – UFRRJ e Profa. da Escola Superior de Gestão e Tecnologia – ESGT – Universidade Castelo Branco – UCB.

RESUMO

Este artigo apresenta aspectos conceituais de autoavaliação, utilizando referenciais teóricos da área que possibilitam a reflexão de algumas práticas de avaliação na universidade. Foram consideradas também experiências práticas da mestranda enquanto docente da Universidade Castelo Branco e pesquisadora da temática. As conexões entre educação, avaliação e gestão foram desdobradas com o propósito de entender as suas funcionalidades e aplicações no meio acadêmico. A proposta de apresentar algumas concepções de avaliação propiciou a contextualização histórica do tema, bem como o conhecimento de algumas de suas características e importância na construção do processo avaliativo em vigor.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Autoavaliação; Educação; Gestão.

INTRODUÇÃO

O acesso do ingressante à universidade se inicia não raramente com anseios por conhecimentos e com a expectativa de atuação profissional, seja no mercado de trabalho, seja no âmbito acadêmico.

Sabe-se que o processo de ensino-aprendizagem é imbuído de mecanismos amparados em metodologias pedagógicas que possibilitam ao discente a absorção das informações e a devida transformação destas em conhecimento para posterior aplicabilidade ao longo da vida. No entanto, as metodologias não estão isoladas do contexto nem tão pouco das políticas avaliativas implementadas pelos governantes.

Faz-se necessário que os ingressantes universitários tenham acesso aos procedimentos acadêmicos, inclusive das avaliações adotadas pela instituição. Esta conduta parece óbvia, mas pode não estar sendo realizada a contento pelas instituições, inviabilizando por vezes a formação de alunos e futuros profissionais com senso crítico mais apurado e cientes de seus direitos e deveres acadêmicos e sociais.

A participação destes ingressantes em movimentos institucionais na academia, como o de autoavaliação, pode resultar no exercício de ações cooperativas e no desenvolvimento de habilidades relacionadas a relações interpessoais, proatividade, oralidade, criatividade, planejamento, organização, argumentação, liderança, entre outros.

Deste modo, tornam-se relevantes estudos e reflexões que tratem da propagação e conscientização das políticas avaliativas inerentes ao mundo acadêmico, de forma que as relações sejam cada vez mais esclarecidas, respeitadas e justas.

Os referenciais utilizados neste artigo proporcionaram a oportunidade de dialogar com esferas distintas, porém de estreita abrangência garantindo a possibilidade de observar pontos fortes e de melhorias do processo avaliativo nas instituições de ensino.

Neste contexto foram referenciadas a esfera da autoavaliação institucional e sua relação com o círculo acadêmico e com a gestão, sendo apresentados alguns de seus mecanismos pertinentes a esta abordagem e sua aplicação no primeiro semestre de 2011, na Universidade Castelo Branco, na turma do 1º período do curso de Administração de Empresas, mais especificamente na disciplina de Técnicas de Negociação da ESGT – UCB.

O panorama observado e apresentado neste texto teve o objetivo de mostrar as possíveis aplicações da autoavaliação e suas práticas, bem como situar possíveis efeitos positivos e benéficos às formações educativas dos indivíduos.

A AUTOAVALIAÇÃO E A GESTÃO INSTITUCIONAIS

A prática de avaliação mostra-se vivaz no dia a dia do homem, sendo uma forma de apreciar o que foi realizado, como erros e acertos, oferecendo possibilidades de se fazer melhor no presente e no futuro, tratando-se muitas vezes simplesmente da sobrevivência dos indivíduos ou grupos na sociedade.

O termo “avaliar” tem sua origem no latim, *a-valere*, equivalente a “dar valor a...”. Ampliando esta noção, a avaliação, além de possuir um caráter de observação e de classificação do objeto em questão, recebeu contornos mais delineados ao relacionar-se com tomada de decisão e gestão. Assim o conceito de avaliação,

(...) é formulado a partir das determinações da conduta de ‘atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação...’, que, por si, implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado. Isto quer dizer que o ato de avaliar não se encerra na configuração do valor ou qualidades atribuídos ao objeto em questão, exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto de avaliação, com uma consequente decisão de ação (LUCKESI, 1998, p.16).

Corroborando na conceituação que possibilita o entendimento da dimensão da avaliação e suas proposições de ações, seja no âmbito pessoal ou organizacional, inseriu-se o aspecto contextual para que o objeto em avaliação tivesse a ilustração dos elementos do seu entorno, favorecendo assim, uma avaliação mais consciente, crítica e condizente com o meio social.

(...) entende-se avaliação como um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento (BELLONI, 2000, p.15).

Em função das proximidades relacionais entre as temáticas educação, avaliação e gestão, diversos desdobramentos poderiam surgir, no entanto, para este estudo foram norteados alguns aspectos da avaliação institucional que por sua natureza trata de vertentes e de abrangências específicas na educação.

Uma primeira distinção a ser feita é aquela entre avaliação educacional – que se refere à avaliação de aprendizagem ou de desempenho escolar ou profissional, bem como à avaliação de currículos – e a avaliação institucional – que se destina à avaliação de políticas, de planos ou projetos e de instituições (BELLONI, 2000, p.16).

A avaliação, dentre seus vários objetivos, pode se configurar como um instrumento de apoio à gestão. Com o questionamento do que se espera de um gestor, propõe-se como primeiro passo à realização de um trabalho de qualidade condizente com os aspectos legais a própria autoavaliação dos sujeitos envolvidos, a fim de identificar fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças que possibilitem alcançar o crescimento profissional, natural do ser humano em evolução.

Esta visão estrutural mostra-se presente nos conceitos relacionados ao Planejamento Estratégico, cuja utilização tem sido realizada de forma intensa nas organizações do mercado de trabalho, onde eficiência e eficácia são consideradas de acordo com quantitativos de

produtos ou serviços projetados. Esta lógica quantitativa de mercado, no entanto, não se coaduna com a práxis da educação que tem a sua estrutura e esforços voltados para a formação do indivíduo em suas dimensões mais amplas, quer sejam social, política, cultural e humana. Tal formação dificilmente poderia ser mensurada e aferida, pois os resultados da educação não são dados estáticos e sim ações conscientes, críticas e participativas que se materializam nas situações do dia a dia em sociedade.

Infere-se que um profissional mesmo ao apresentar um grau acentuado de conhecimento, ainda assim, necessita estar aberto ao “novo”, principalmente quando se trata de um papel a ser assumido, inserido em um contexto não uniforme, heterogêneo e híbrido, como o de gestor em uma universidade. Desta forma, a consciência da importância do compartilhamento de ideias, experiências e conhecimentos pode ser de significativa valia para uma atividade que exige habilidades de relacionamento interpessoal e de processos da instituição.

A abordagem a ser percebida das principais ações que o gestor pode realizar junto às comunidades internas e externas para que haja comprometimento com a missão, visão e valores da instituição de ensino em questão, pode ser depurada dos objetivos propostos para a escola de hoje:

O primeiro deles é o de preparar os alunos para o processo produtivo e para a vida numa sociedade tecno-científica-informacional. Em segundo lugar, proponho o objetivo de proporcionar meios de desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas, ou seja, ajudar os alunos nas competências do pensar autônomo, crítico e criativo. O terceiro objetivo é a formação para a cidadania crítica e participativa. O quarto objetivo é a formação ética. É urgente que os diretores, coordenadores e professores entendam que a educação moral é uma necessidade premente da escola atual (LIBÂNEO, 1998, p.3).

A fim de embasar a concepção teórica da avaliação, podem-se apresentar resumidamente as quatro gerações avaliativas, de acordo com Macário (1994 apud GUBA E LINCOLN, 1989), que influenciaram e continuam influenciando os estudos e a prática avaliativa nas instituições de ensino no Brasil. A primeira geração de estudos acerca da avaliação mostrou-se presente na década de 20e, quando se utilizava a mensuração, com dados quantitativos para analisar e tomar decisões pontuais e estanques dos fatos no meio escolar. A segunda geração de estudos da avaliação, marcadamente firmada nas décadas de

30 e40, configurou-se na realização de objetivos com foco nos resultados, em que os testes e provas eram privilegiados. Ao avaliador cabia a tarefa descritiva dos fatos; apesar de ainda ser utilizada a medição, percebeu-se um modesto avanço com outros elementos inseridos do processo avaliativo.

Avançando cronologicamente na história, teve-se a terceira geração de estudos da avaliação na década de sessenta, que à época registravam-se preocupações com dados interpretativos da realidade, aplicando julgamento de valor ao objeto em questão, bem como o mérito e os aspectos contextuais. A quarta geração de estudos avaliativos, presente na década de noventa, teve a sua marca baseada na intersubjetividade, na integração e na negociação, considerando a contextualização da educação e dos sujeitos envolvidos.

Estudiosos da temática, como Souza (2002), consideram que a quarta geração agrega consideráveis e significativos avanços conceituais e práticos da avaliação, entendendo que as gerações apesar de se mostrarem cronologicamente posicionadas, não estão ou são em absoluto estáticas e isoladas. Pode-se assim perceber aspectos das quatro gerações avaliativas em diferentes contextos e situações, dosadas de acordo com quem as pratica.

Diante deste panorama avaliativo, torna-se mais evidente a coerência da concepção da quarta geração da avaliação, ora relacionada às práticas da negociação e do envolvimento de núcleos participantes da realidade acadêmica para os devidos ajustes ou mesmo reestruturação do processo educativo.

Ainda em consonância com esta perspectiva de preocupação com a qualidade de ensino nas instituições educacionais, várias questões poderiam ser apontadas, dentre elas, destacam-se: será possível haver qualidade no ensino? Será possível haver qualidade na gestão das universidades? São muitas as “qualidades” que deveriam ser observadas. Mas, afinal, de que qualidade se trata?

A qualidade pode ganhar diversos significados dependendo de quem a conceituou ou de onde ela foi aludida. No âmbito educacional duas destas várias faces podem ser observadas, conforme:

(...), a avaliação da qualidade tem um significado totalmente diferente aos olhos de professores e de estudantes. Para o estudante, a avaliação da qualidade do ensino está relacionada à contribuição ao seu desenvolvimento individual, ao atendimento de suas

necessidades pessoais, à sua capacidade de prepará-lo para assumir uma posição na sociedade e à expectativa de que o processo educacional esteja organizado de tal forma que lhe permita concluir seus estudos no tempo previsto. O professor avalia a qualidade de um treinamento acadêmico como bom, quando baseado na boa transferência de conhecimentos, em um bom ambiente de aprendizagem e na boa relação entre ensino e pesquisa (CAVALIERI, 2004, p.53).

Existem algumas iniciativas legais direcionadas à prática, ao cultivo e ao aperfeiçoamento da qualidade na educação, dentre elas, a Lei 10.861/2004, que originou o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior responsável pela estratégia e operacionalização da avaliação institucional nas Instituições de Ensino Superior no Brasil.

(...) tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção de valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (MEC, INEP, SINAES, 2009, p.151).

Encontra-se registrada no art. 2º. da referida lei a estrutura elaborada para a avaliação institucional cuja composição divide-se em avaliação externa, realizada por profissionais representantes do Ministério da Educação – MEC e a avaliação interna ou autoavaliação, objeto de estudo deste trabalho.

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social” (Roteiro de Autoavaliação Institucional do MEC, INEP, SINAES, 2004, p.11).

Desta forma, a autoavaliação se propõe a aproximar seus diversos públicos, quer sejam docentes, discentes, profissionais da área administrativa e de apoio, bem como a comunidade do seu entorno, ganhando assim um caráter integrador e agregador. Estes partícipes podem observar, perceber, identificar e sugerir outros caminhos diferentes dos estabelecidos, caso haja esta necessidade. A gestão empreendida na instituição, caso esteja imbuída também deste caráter participativo, poderá utilizar tais movimentos em prol do desenvolvimento institucional, apresentando à comunidade os resultados alcançados e as dificuldades e impossibilidades de ações, de forma transparente e assertiva.

A Universidade Castelo Branco, fazendo uso deste mecanismo de avaliação, aplicou em julho de 2011 um questionário de avaliação junto aos seus docentes e discentes. A metodologia adotada já se encontra consolidada na universidade desde a década de 1990 e se operacionalizou por meio do preenchimento de formulário postado *on-line* na página da instituição, sendo de fácil acesso aos envolvidos. De posse deste material, os responsáveis por este processo na universidade possuem, a princípio, condições de analisar seus pontos fortes e aqueles que carecem de melhorias, visando ao aperfeiçoamento dos processos em questão.

Preencher o questionário avaliativo foi uma experiência agregadora, enquanto docente, mestranda e estudante da temática em avaliação institucional. Nesta experiência pude apontar as ações benéficas empreendidas pela universidade, principalmente sob a ótica dos ingressantes, ora alunos da disciplina de Técnicas de Negociação.

Cabe ressaltar que nesta disciplina pude aplicar as experiências em recursos humanos e relações interpessoais vivenciadas ao longo da minha carreira em empresas de grande e médio porte e nos ensinamentos do mestrado em curso no PPGEA. Desenvolvi nas aulas temáticas que versaram sobre ética, planejamento, gestão, relacionamento interpessoal, oralidade, argumentação, entre outras.

Após a reflexão das experiências vivenciadas com a turma do 1º período do curso de Administração, pude preencher o questionário avaliativo com a consciência da importância deste processo para gestão das instituições de ensino superior, pois a ideia de se empreender uma cultura avaliativa nas universidades perpassa pela prática da avaliação participativa,

(...) cujo propósito é levar a instituição a definir suas potencialidades e deficiências, a analisar as demandas e necessidades do contexto no qual se insere e a definir seu projeto institucional, do qual participam todos os membros relacionados com o objeto a ser avaliado: a instituição universitária (CAVALIERI, 2004, p.76).

A metodologia da avaliação institucional, ao privilegiar o processo de mensuração, expõe por meios numéricos, cenários e resultados de âmbito mais evidente e quantificável. Tal método torna-se, contudo, precário quando os referenciais que se deseja apontar e estudar são difusos e exigem uma análise mais aprofundada, considerando inclusive os contextos em questão. Esta última prerrogativa mostra-se imbuída nos objetivos da universidade enquanto instituição formadora de indivíduos para o mercado e para além do mercado focada em um

processo mais amplo de reflexão do mundo do trabalho e do sujeito histórico que o produz, contribuindo também para a constituição de uma sociedade consciente e participativa.

Corroborando nesta abordagem, observa-se que:

A avaliação institucional e de políticas públicas torna-se mais relevante quando pode oferecer informações não apenas sobre impacto, mas sobre resultados ou consequências mais amplas e difusas das ações desenvolvidas. Nesse sentido, a avaliação deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e os seus resultados. Torna-se, assim, instrumento fundamental para a tomada de decisão e para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas (BELLONI, 2000, p.9).

O principal aprendizado alcançado nesta vivência avaliativa versa sobre a importância de conjugar aspectos quantitativos com elementos qualitativos, possibilitando assim aos atores envolvidos a oportunidade de expressar suas opiniões e percepções acerca não só do seu ambiente de trabalho, mas da construção de um sistema integrado e coerente com as necessidades de cada instituição de ensino.

Entende-se que cabe à esfera do poder público prover os recursos e as condições para a disseminação da educação na sociedade, no entanto o cenário da educação requer uma análise holística, incluindo a proliferação de uma consciência crítica da sociedade e a satisfação das condições mínimas para o estudante como alimentação, moradia, transporte e saúde e infraestrutura acadêmica.

O educador, na construção do ambiente escolar e dos mecanismos de aprendizagem, possui relevância, pois se constitui em agente de propagação e troca de informações que poderão ser transformadas em conhecimento para posterior aplicabilidade no dia a dia do educando.

Assim como a qualidade do ensino pode ser questionada, também podem fazer parte destas inquietações a atuação e a conduta dos gestores. A consciência dos sujeitos históricos envolvidos neste processo poderá ser fundamental para que a aprendizagem seja de fato realizada e o processo avaliativo se efetive a fim de contribuir para a melhoria da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conexão entre a avaliação e a gestão institucional, assim como a utilização de métodos quantitativos e qualitativos, mostraram-se fundamentais para a devida análise e tomada de decisões nas instituições de ensino. A harmonia destas ações parece ser a mais adequada para que a avaliação se realize de modo contínuo, transparente e integrador.

Pode-se assim dizer que mais uma turma chegou ao fim na conclusão da disciplina Técnicas de Negociação na ESGT, que mais uma avaliação interna foi realizada, mas o que se espera realmente é a possibilidade de se considerar os itens de melhorias apontados e as fortalezas empreendidas no semestre para ações mais efetivas no futuro.

As provocações e discussões realizadas em sala de aula pelos professores e alunos resultam em geral no movimento de pensar, questionar e agir, elementos primordiais para se empreender melhorias.

Espera-se que os envolvidos e comprometidos com a educação possam dar continuidade ao processo de autoavaliação, que tem se configurado em um estímulo à reflexão e à ação.

Faz-se necessário que a avaliação institucional acompanhe tais movimentos, mas que também possa contribuir com suas concepções e seus instrumentos para apoiar e solidificar a prática da educação consciente, crítica e participativa.

O que se aspirou neste trabalho foi fazer uso dos ensinamentos e propor uma releitura de algumas ações, condutas e visões da educação e sugerir que esta temática de avaliação institucional possa ser aprofundada, discutida e compreendida no meio acadêmico, nas organizações e no seu entorno.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo Janela, A. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BELLONI, I. et alii. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BELLONI, I. A “Função Social da Avaliação Institucional”. In SOBRINHO, J. D. e RISTOFF, D. I. (organizadores). **Universidade Desconstruída- Avaliação Institucional e Resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

- BRASIL, MEC, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos- INEP. **SINAES – SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Da Concepção à Regulamentação.** Brasília, INEP, 2009.
- BRASIL, **Lei 10861/2004 do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**, de 14 de Abril de 2004.
- CAVALIERI, A., MACEDO-SOARES, T. D.L.V.A. e THIOLENT, Michel. **Avaliando o desempenho da Universidade.** RJ, Editora PUC/RJ; SP, Loyola, 2004.
- DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa.** São Paulo: Cortez, 1987.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação Institucional: Marcos Teóricos e Campos Políticos.** Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Brasil: Ano I. Número 1, Julho de 1996.
- GUBA, E. G. e LINCOLN, Y. S. **Fouth-generation evaluation.** Newbury Park: CA: Sage, 1989.
- LIBÂNEO, José Carlos. Coleção Educar 1. **Democratização da Escola Pública. A Pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo, Loyola, 1986.
- LIBÂNEO, J. C. **Entrevista: Perspectivas de uma Pedagogia.** Revista: Pensar a Prática 1:1-21, jan./jun.1998.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** São Paulo: Cortez, 1998.
- MACÁRIO, Nilza M. Avaliação Institucional em Organizações de Ensino Superior no Brasil. **Tese de Doutorado.** Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de Educação, 1994.
- SGUISSARD, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI.** São Paulo: Cortez, 2009.
- SOUZA, Nádía Maria Pereira de. “O Estado da Arte da Avaliação da Educação Superior - as diretrizes do MEC e a experiência de IES no Estado do Rio de Janeiro”. **Tese de Doutorado.** Rio de Janeiro: UFRRJ, CPDA, 2002.